

# **TESE DA CHAPA NACIONAL CAMPO POPULAR 270**

Processo de Eleições Diretas no PT 2025

*Nós somos milhares de militantes do Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras, somos classe trabalhadora, somos povo, do campo e da cidade, somos mulheres e homens, somos LGBTQIAP+, somos negras e negros, somos indígenas, somos quilombolas, somos das florestas e das águas, somos pessoas com deficiência, somos de todas as gerações, somos de todas as cores, somos de todas as crenças, somos de todas as regiões do nosso Brasil e somos de vários lugares do mundo.*

*Somos a Chapa Campo Popular 270 no PED de 2025 e reunimos uma diversidade de tendências nacionais, grupos regionais, movimentos e lideranças que nunca se reuniram em uma chapa nacional. Nosso objetivo é mudar o PT para construir a força necessária para reeleger Lula presidente em 2026 em condições de transformar a vida do povo brasileiro.*

## **1. CONJUNTURA INTERNACIONAL**

### **1.1 - Crise do Sistema Capitalista e Neoliberalismo**

O capitalismo contemporâneo enfrenta uma transformação estrutural marcada pela queda da produtividade real, evidenciando o esgotamento do modelo neoliberal. A financeirização da economia, desconectada da produção, resulta na estagnação salarial, precarização do trabalho e aumento das desigualdades, revelando um sistema incapaz de cumprir suas promessas de prosperidade.

Vivemos um momento paradoxal de "desglobalização", onde simultaneamente à intensificação da internacionalização do capital, emerge um nacionalismo como resposta às contradições do sistema. Este fenômeno está intrinsecamente ligado à disputa pela localização dos polos industriais globais, atualmente concentrados em três grandes centros: Estados Unidos, China e parte da Europa setentrional (especialmente a Alemanha), sendo que este último enfrenta um acelerado processo de desindustrialização. A tensão entre globalização e protecionismo nacional reflete, portanto, não apenas questões ideológicas, mas principalmente a competição geoeconômica pela hegemonia produtiva mundial.

A globalização neoliberal mostra suas contradições fundamentais. A pandemia e os conflitos recentes expuseram a fragilidade das cadeias globais e a vulnerabilidade dos países que abandonaram sua soberania produtiva. O retorno ao protecionismo, mesmo entre defensores históricos do livre comércio, evidencia o fracasso da narrativa neoliberal, exigindo uma reformulação da organização econômica internacional. Esta reconfiguração das cadeias globais de valor e a disputa por soberania industrial representam um novo capítulo na crise do capitalismo neoliberal, onde o discurso de livre mercado cede espaço a políticas industriais estratégicas e protecionistas.

Assistimos a uma ofensiva coordenada contra direitos sociais e trabalhistas conquistados por décadas de lutas. Reformas trabalhistas, como a brasileira, representam retrocessos históricos, normalizando precarização e terceirização. Simultaneamente, sistemas públicos de saúde, educação e previdência enfrentam desmonte e privatização, transferindo

responsabilidades estatais ao mercado como estratégia para manter lucros apesar da queda de produtividade.

A ascensão chinesa representa o maior rearranjo global desde o fim da Guerra Fria. Seu modelo, combinando planejamento estatal com integração seletiva ao mercado, desafia o Consenso de Washington. A Iniciativa Cinturão e Rota projeta influência através de investimentos produtivos, contrastando com as políticas de austeridade ocidentais e abrindo possibilidades para relações mais equilibradas no Sul Global.

### **1.2 - Crise das Democracias no Mundo**

Movimentos de extrema direita se fortalecem globalmente, ameaçando instituições democráticas e normalizando discursos de ódio. Esta onda reacionária avança mesmo em democracias consolidadas, alimentada pela insegurança econômica e manipulação algorítmica das redes sociais. Combinando elementos do fascismo clássico com estratégias digitais, representa uma ameaça concreta aos direitos humanos e às liberdades democráticas.

O retorno de Trump simboliza o fortalecimento de um projeto que combina ultroliberalismo econômico com autoritarismo social, xenofobia e negacionismo. Este reposicionamento terá profundas repercussões globais, legitimando lideranças autoritárias e enfraquecendo mecanismos de governança internacional. No Brasil, fortalece o bolsonarismo, exigindo que a esquerda compreenda a dimensão transnacional desta ameaça às conquistas civilizatórias.

A hegemonia americana enfrenta desafios sem precedentes. Internamente, polarização política, desigualdades e infraestrutura deteriorada expõem as contradições de um império que prioriza projeção militar sobre bem-estar social. Externamente, a ascensão de China e Rússia, a resistência de países como Irã e Venezuela, e a busca por autonomia da União Europeia sinalizam um mundo multipolar, abrindo oportunidades para o Sul Global e ao mesmo tempo intensificando disputas por recursos e influência.

### **1.3 - Escalada de Guerras e Disputas Geopolíticas**

A autodeterminação dos povos é um princípio fundamental para projetos emancipatórios. Persistem práticas imperialistas que, sob pretextos de democracia ou combate ao terrorismo, violam a soberania de nações periféricas. Intervenções militares, sanções unilaterais e operações de desestabilização representam a continuidade do colonialismo. A esquerda deve defender o direito de cada povo determinar seu caminho, reconhecendo que transformações legítimas emergem de processos endógenos.

Cuba permanece símbolo de resistência ao imperialismo. Apesar do bloqueio americano, construiu sistemas de saúde e educação universais e desenvolveu biotecnologia soberana. Seu internacionalismo, expresso no envio de médicos e educadores globalmente, contrasta com políticas predatórias capitalistas. Defender Cuba significa defender o direito dos povos a modelos de desenvolvimento centrados nas necessidades humanas, não na acumulação de capital.

Embora uma experiência distinta, com seus próprios erros e acertos, a Venezuela também constitui um polo de resistência ao imperialismo na América Latina. Prova disso são os embargos, sanções e tentativas de golpe promovidas pelo imperialismo, que limitam e cerceiam o conjunto das liberdades democráticas no país. As sanções econômicas impostas pelos Estados Unidos têm causado severo impacto humanitário, afetando o acesso da população a alimentos, medicamentos e serviços essenciais, configurando uma forma de guerra não convencional contra o povo venezuelano. Devemos respeitar o direito à autodeterminação e a luta do povo venezuelano de decidir os rumos do seu país, opondo-nos a qualquer forma de intervenção externa que viole sua soberania nacional e o direito internacional.

A Palestina representa hoje a linha de frente da luta anticolonial no mundo, enfrentando há mais de 75 anos a ocupação israelense, o apartheid e a limpeza étnica sistemática de seu povo. O genocídio em curso em Gaza, com o apoio direto dos Estados Unidos e potências ocidentais, expõe a brutalidade do colonialismo sionista e exige nossa solidariedade ativa e incondicional à resistência palestina. Reafirmamos o direito inalienável do povo palestino à autodeterminação, ao retorno dos refugiados e à libertação de toda a Palestina histórica, do rio ao mar, como parte fundamental da luta global dos povos oprimidos por sua emancipação.

#### **1.4 - Reorganização de uma Esquerda Socialista em nível mundial**

A crise multidimensional do capitalismo contemporâneo – econômica, social, ambiental e civilizatória – exige mais que reformas pontuais ou ajustes regulatórios. A esquerda deve apresentar alternativa concreta, desmistificando o falso discurso "anti-sistema" da extrema direita. Precisamos construir internacionalmente um projeto que supere a lógica predatória capitalista, estabelecendo relações baseadas na solidariedade, sustentabilidade e democracia substantiva. O socialismo do nosso tempo deve incorporar lições históricas, combinando planejamento econômico democrático, pluralismo político, autogestão e compromisso ecológico para disputar a indignação popular hoje capturada por discursos reacionários.

O enfrentamento ao capital financeiro global e à extrema direita é desafio central para as forças socialistas. Estes fenômenos interligados exigem estratégias que combinem regulação democrática dos fluxos financeiros, taxação progressiva das grandes fortunas, combate aos paraísos fiscais e democratização das instituições econômicas internacionais, junto a narrativas que se conectem com aspirações concretas das classes trabalhadoras. Esta luta exige coordenação internacional contra adversários que operam globalmente.

A integração latino-americana é um imperativo estratégico frente às tentativas de recolonização. CELAC, UNASUL e MERCOSUL, sob governos progressistas, demonstraram o potencial transformador da cooperação sul-sul. Retomar este projeto exige superar a fragmentação neoliberal e construir mecanismos de participação popular além das instâncias diplomáticas. Uma América Latina unida em torno de um projeto popular representa necessidade concreta para um mundo multipolar mais justo.

## **2. CONJUNTURA NACIONAL**

## **2.1 Reeleição de Lula: Um projeto estratégico para o Brasil**

A vitória de Lula em 2022 representou um dos maiores feitos da esquerda brasileira depois de seis anos de desmonte institucional, negacionismo científico e ataques sistemáticos aos direitos sociais. Contudo, a margem estreita da vitória eleitoral e a composição conservadora do Congresso Nacional evidenciam que a batalha pela reconstrução democrática e pela justiça social no Brasil apenas começou.

A defesa da reeleição de Lula em 2026 constitui, portanto, um imperativo estratégico para as forças progressistas brasileiras e combina a necessidade de construir uma ampla frente eleitoral, ao mesmo tempo um núcleo de esquerda que seja o polo elaborador e dinamizador dessa frente. Não se trata apenas de garantir a continuidade administrativa, mas de criar as condições para um governo mais avançado, capaz de implementar transformações estruturais que enfrentem as profundas desigualdades que marcam nossa sociedade.

A experiência histórica demonstra que governos de esquerda só conseguem avançar em suas agendas transformadoras quando sustentados por forte mobilização popular. Por isso, a construção do caminho para 2026 exige a combinação da articulação institucional com intenso trabalho de base junto às classes populares.

Este desafio se torna ainda mais complexo diante da erosão da democracia social e da falência do centro político como alternativa à extrema direita. A moderação centrista, tanto no Brasil quanto internacionalmente, mostrou-se ineficaz para conter o avanço da extrema direita. A resposta não está na diluição programática ou na indefinição ideológica, mas na nitidez de um projeto popular e democrático que possibilite a reconexão com setores da classe trabalhadora que hoje se encontram sob influência da extrema-direita e que ofereça soluções concretas para os problemas reais da população brasileira.

Reeleger Lula em 2026 significa, portanto, consolidar um projeto de nação soberana, democrática e socialmente justa, capaz de dialogar com as aspirações populares e enfrentar os interesses do grande capital financeiro e da extrema direita organizada internacionalmente. Este é o desafio central que se coloca para o PT e para o conjunto das forças democráticas e populares nos próximos anos.

## **2.2 Ataques ao Governo Lula**

O governo Lula enfrenta uma ofensiva coordenada do mercado financeiro e da extrema direita, que se manifesta tanto na especulação contra a moeda nacional quanto na obstrução sistemática de pautas sociais no Congresso Nacional. Enquanto o capital financeiro pressiona por cortes de gastos sociais e reformas neoliberais, a extrema direita mobiliza sua base com retórica golpista e bloqueio legislativo, numa estratégia que visa inviabilizar a governabilidade e preparar o terreno para 2026.

A chantagem orçamentária, expressa na apropriação de mais de R\$50 bilhões em emendas parlamentares, representa o ápice desse processo de captura do Estado pelo fisiologismo. Este mecanismo, intensificado durante o governo Bolsonaro com os orçamentos secretos, transformou-se em instrumento de pressão permanente contra iniciativas redistributivas e

políticas públicas estruturantes, comprometendo a capacidade do governo de implementar seu programa e responder às necessidades populares.

### **2.3 Retomada da Iniciativa Política do Governo**

Após meses sob intenso ataque especulativo e pressão conservadora, o governo Lula retomou a iniciativa política com medidas que reafirmam seu compromisso com a redução das desigualdades. A proposta de isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$5 mil mensais, financiada pela taxação dos mais ricos, estabelece um marco na disputa por um sistema tributário progressivo, confrontando diretamente a concentração de renda que caracteriza o capitalismo brasileiro.

Simultaneamente, a criação do programa de crédito popular, com empréstimo consignado para trabalhadores do setor privado, e o enfrentamento à escalada dos preços dos alimentos demonstram que as políticas voltadas para a maioria da população são fundamentais não apenas para o sucesso do governo, mas para a própria viabilidade de um projeto democrático no país. Estas iniciativas sinalizam um rumo nítido: a luta contra a desigualdade social, na lógica de quem ganha mais deve pagar mais, constitui fator essencial de disputa política que marcará o debate nacional nos próximos anos.

A reconstrução da política cultural brasileira, com a recriação do Ministério da Cultura e a retomada de programas estruturantes, representa uma conquista histórica que reafirma nosso compromisso com o fortalecimento da identidade nacional e a celebração da rica diversidade cultural do nosso povo. O governo Lula tem demonstrado sensibilidade e visão estratégica ao recolocar a cultura no centro das políticas públicas, reconhecendo seu papel transformador na sociedade embora ainda seja fundamental avançar na implementação das Leis Aldir Blanc e Paulo Gustavo. A cultura, reconhecida como direito fundamental e poderosa ferramenta de transformação social, tem ganhado novo impulso sob esta gestão, que valoriza as expressões populares e tradicionais como elementos essenciais na construção de um projeto nacional soberano, inclusivo e verdadeiramente representativo da alma brasileira.

### **2.4 Tentativa de Anistia e Ameaças Democráticas**

A tentativa de anistiar os responsáveis pelos ataques golpistas de 8 de janeiro não representa apenas mais uma manobra legislativa da extrema direita, mas um divisor de águas que busca normalizar o golpismo como método legítimo de disputa política. Mesmo com a decisão unânime do STF que transformou Bolsonaro e seus aliados em réus pela tentativa de golpe, as forças antidemocráticas avançam na pauta da impunidade, explorando o paroquialismo parlamentar e a retórica do "STF inimigo" para mobilizar sua base e tensionar as instituições.

Paralelamente, assistimos a uma articulação da direita para encontrar um sucessor viável a Bolsonaro, com a formação da superfederação União Progressista (PP + União Brasil), que configura uma força de centro-direita com mais de 100 deputados e projeta nomes como Caiado e Tarécio para 2026. O julgamento no STF sobre a trama golpista, com depoimentos como o do ex-comandante do Exército confirmado a existência de uma minuta de decreto para intervenção no TSE, representa um momento crucial para a

responsabilização dos que atentaram contra a democracia e para impedir que o Brasil repita o erro histórico de anistiar crimes contra o Estado Democrático de Direito.

## **2.5 Construção do Plebiscito Popular pela redução da jornada de trabalho, fim da escala 6x1 e isenção do IR para quem ganha até 5 mil reais**

Dante deste cenário complexo, marcado pela tentativa de cerco do mercado financeiro e da extrema-direita no Congresso Nacional, é necessário iniciativas políticas unitárias em torno de bandeiras capazes de dialogar com os interesses mais concretos do povo brasileiro.

Neste sentido, saudamos como fundamental a iniciativa dos movimentos populares articulados em torno das Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, de realizar um Plebiscito Popular em torno da "Redução da jornada de trabalho e fim da escala 6x1" e da "Taxação dos super-ricos e isenção do IR para trabalhadores que ganham até 5 mil reais mensais".

Essa iniciativa combina o trabalho de base nos territórios, com a necessária disputa de ideias na sociedade, deixando a extrema-direita na defensiva. Por isso, defendemos que todo o Partido dos Trabalhadores e seus diretórios espalhados pelo país se engajem nessa iniciativa em conjunto com os movimentos populares.

## **2.6 Desafios Sociais Urgentes**

O governo Lula enfrenta o desafio de reconstruir políticas públicas essenciais após anos de desmonte sistemático. A defesa e expansão do SUS exige recuperar o financiamento perdido e ao mesmo tempo avançar em modalidades críticas de atendimento, como o Mais Médicos Especialidades, e ampliar programas como o Farmácia Popular, garantindo acesso universal à saúde como direito cidadão e não como mercadoria. A pandemia de Covid-19 evidenciou a importância estratégica de um sistema público de saúde robusto e de uma indústria farmacêutica nacional capaz de produzir vacinas e medicamentos essenciais.

A política de juros altos praticada pelo Banco Central, combinada com os juros abusivos do sistema financeiro privado, representa um duplo estrangulamento da economia nacional e das políticas sociais. Enquanto a Selic elevada drena bilhões para o rentismo, os bancos privados praticam taxas ainda mais escorchantes que sufocam famílias e pequenos negócios. É fundamental não apenas disputar a redução estrutural da Selic, mas também utilizar estratégicamente o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal como instrumentos, forçando a redução dos juros e spreads bancários através da competição pública, ampliando o crédito popular e subordinando o sistema financeiro aos objetivos de desenvolvimento nacional com justiça social.

O fortalecimento da educação pública requer investimentos massivos em infraestrutura escolar, valorização dos profissionais da educação e ampliação do acesso ao ensino superior. A recuperação dos recursos para ciência, tecnologia e educação são passos fundamentais para superar o atraso educacional brasileiro e construir um projeto de desenvolvimento baseado no conhecimento e na inovação, conectado às necessidades reais da população.

O combate à fome avançou com a recriação de programas essenciais e a saída de milhões do mapa da fome, mas a redução dos preços dos alimentos permanecem prioridade urgente para consolidar essas conquistas. O governo deve ampliar decisivamente o apoio à agricultura familiar e à produção de alimentos saudáveis, aos estoques reguladores, incentivar o cooperativismo e expandir a reforma agrária, enfrentando a concentração fundiária que está na raiz das desigualdades estruturais brasileiras. A soberania alimentar não é apenas uma questão de segurança nacional, mas condição básica para a dignidade humana e para um modelo de desenvolvimento ambientalmente sustentável e socialmente justo.

## **2.7 O Governo e a Organização Popular**

As políticas públicas devem ser concebidas não apenas como mecanismos de distribuição de recursos e serviços, mas como instrumentos estratégicos de organização e conscientização popular. O atual governo Lula tem a oportunidade histórica de implementar uma grande estratégia nacional que combine a execução de programas sociais com o fortalecimento das estruturas organizativas da classe trabalhadora e dos setores populares, criando um ciclo virtuoso entre ação governamental e mobilização social.

Nessa perspectiva, o fortalecimento do programa Minha Casa, Minha Vida deve resultar simultaneamente em mais moradias populares e em associações de moradores mais robustas e atuantes; a ampliação dos direitos trabalhistas e da formalização do emprego deve ser acompanhada pelo crescimento da sindicalização e da organização nos locais de trabalho; e a expansão do acesso ao ensino superior precisa se traduzir em um movimento estudantil mais forte e representativo. As políticas públicas tornam-se, assim, duplamente transformadoras: melhoram as condições materiais imediatas e elevam o nível de organização e consciência coletiva do povo brasileiro.

Esta estratégia de dupla transformação exige que o governo estabeleça mecanismos concretos de diálogo permanente com os movimentos sociais, não apenas para consultas pontuais, mas para um processo contínuo de elaboração, implementação e avaliação das políticas públicas. Ao mesmo tempo, os movimentos sociais, com sua autonomia preservada e fortalecida, contribuem para o aperfeiçoamento das ações governamentais e ampliam sua capacidade de mobilização e pressão, criando as condições objetivas e subjetivas para avanços mais profundos na democratização do Estado e no aprofundamento da Democracia.

# **3. O PARTIDO DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS**

## **3.1 A situação do PT**

O PT, maior partido de esquerda do Brasil e da América Latina, enfrenta desafios organizativos cruciais após anos de ataques sistemáticos. O golpe contra a presidente Dilma, a prisão de Lula e os anos de retrocesso sob governos autoritários desorganizaram o partido em muitas regiões, criando uma contradição fundamental: possuímos uma base social expressiva, evidenciada pela votação nas eleições de 2022, mas uma estrutura

partidária fragilizada. Esta desconexão entre força eleitoral e capacidade organizativa compromete nossa atuação como instrumento de transformação social.

A vida partidária sofreu um esvaziamento significativo na última década, com a substituição do trabalho de base por acordos eleitorais sem afinidade programática. Os fóruns de direção foram progressivamente desconstituídos, dando lugar a práticas de aparelhamento que limitam a participação da militância comum. A concentração da gestão financeira sob controle da mesma força política desde 1995, resulta em falta de transparência na administração dos recursos do fundo partidário e eleitoral, comprometendo a governança democrática do partido.

A relação entre partido e governo representa outro desafio estrutural. Embora a vitória de 2022 tenha sido possível pela capacidade de Lula em unificar uma ampla frente democrática, o PT precisa manter sua autonomia crítica e propositiva. Não podemos reduzir nossa atuação à defesa institucional do governo, mas sim fortalecer nossa capacidade de mobilização social para sustentar transformações estruturais e, simultaneamente, pressionar por avanços mais profundos nas políticas públicas.

O atual formato do PED tornou-se um instrumento voltado quase exclusivamente para o controle da máquina partidária, em detrimento da articulação das lutas sociais. É urgente sua revisão para combinar a participação direta dos filiados com espaços de debate político substantivo. Precisamos desenvolver novos mecanismos de deliberação da base, como plebiscitos para grandes decisões políticas, e garantir que alterações estatutárias sejam realizadas apenas em congressos, evitando casuísticos que comprometam a democracia interna.

A deslegitimização dos setoriais e secretarias, que deveriam ser espaços vivos de conexão com movimentos sociais e elaboração de políticas públicas, enfraquece nossa capacidade de diálogo com setores estratégicos da sociedade. Para superar esta crise organizativa, precisamos descentralizar recursos, fortalecer nossas instâncias a começar pela direção nacional e de forma extensiva os nossos diretórios municipais e estaduais, e outros espaços diretivos, renovando lideranças e restabelecendo o PT como um partido presente no cotidiano das lutas populares, transformando nossa expressiva força eleitoral em força social organizada capaz de disputar a hegemonia na sociedade brasileira.

### **3.2 Tática do PT em 2026**

A caminhada pela reeleição do presidente Lula em 2026 representa não apenas uma disputa eleitoral, mas uma conquista civilizatória frente à radicalização da extrema direita. O cenário político apresenta-se ainda mais complexo que em 2022, com a inelegibilidade de Bolsonaro desencadeando uma disputa pela herança política do bolsonarismo, dividida entre figuras como Tarcísio de Freitas e membros da família Bolsonaro. Esta fragmentação, embora represente uma oportunidade, não diminui a ameaça que o projeto autoritário representa para a democracia brasileira.

A vitória de Lula exigirá a construção de uma ampla frente política que, como em 2022, deverá reunir partidos de esquerda e de centro-direita não alinhados ao bolsonarismo, além de entidades da sociedade civil, sindicatos e movimentos sociais. Esta política de alianças não pode ser tão restritiva a ponto de enfraquecer o apoio a Lula, mas também precisa

evitar acordos que descaracterizem sua candidatura e o projeto democrático-popular. O equilíbrio entre amplitude e coerência programática será decisivo para garantir tanto a vitória eleitoral quanto a governabilidade transformadora.

A questão das federações partidárias emerge como elemento estratégico neste cenário. A experiência da federação PT-PCdoB-PV demonstrou potencialidades e limites que precisam ser avaliados criticamente e rediscutida no PT. Para 2026, precisamos aprofundar o diálogo federativo nos estados, melhorando as relações entre os partidos e construindo candidaturas competitivas em todos os níveis. A federação não pode ser vista apenas como arranjo eleitoral, mas como instrumento de fortalecimento programático e organizativo do campo democrático-popular, capaz de disputar hegemonia nos territórios.

O fundo partidário e o fundo eleitoral representam recursos estratégicos para esta disputa. O PT deve implementar uma política transparente e democrática de distribuição destes recursos, priorizando o fortalecimento das estruturas partidárias nos territórios e o apoio a candidaturas competitivas em municípios estratégicos. É fundamental superar a lógica centralista que muitas vezes prevalece na distribuição dos recursos, garantindo que diretórios estaduais e municipais tenham condições materiais para desenvolver trabalho político permanente e campanhas eleitorais competitivas.

O partido que emergir deste PED tem a dupla responsabilidade de dar sustentação ao governo Lula e, simultaneamente, ajudá-lo a corrigir rumos e cumprir compromissos que serão decisivos para 2026. Isso implica postura crítica e propositiva em áreas onde a política governamental apresenta contradições com nosso programa, como por exemplo, na lentidão da reforma agrária, no baixo financiamento às universidades federais e no financiamento a privatização da água e esgoto apoiado pelo BNDES. A defesa intransigente dos investimentos sociais frente às pressões do mercado financeiro pelo "déficit zero" será decisiva para manter a conexão com nossa base social e construir as condições para a vitória em 2026.

### **3.2 Reafirmação do Socialismo Petista**

O Partido dos Trabalhadores vive um momento histórico que exige a reafirmação do socialismo não como mera citação retórica, mas como horizonte estratégico concreto que orienta nossa ação política cotidiana. A crise multidimensional do capitalismo – econômica, social, ambiental e civilizatória – evidencia os limites deste sistema para responder às necessidades fundamentais da humanidade e demanda do PT uma nitidez ideológica capaz de apresentar uma alternativa civilizatória para a sociedade brasileira.

A recuperação da energia partidária passa necessariamente pela retomada da luta socialista como elemento central de nossa identidade política. Isso significa atualizar nossa leitura sobre o capitalismo contemporâneo, suas contradições e vulnerabilidades, e promover uma profunda reflexão sobre o papel do partido, dos movimentos sociais e do governo neste momento histórico. O PT precisa voltar a ser um polo de formulação da esquerda brasileira, capaz de elaborar um programa popular por reformas estruturais que tensione as possibilidades do capitalismo, tendo como horizonte a sua superação.

A revalorização da militância, da formação política e do enraizamento nas lutas populares deve ser o centro da atuação do PT, superando o pragmatismo eleitoral que muitas vezes

nos afastou de nossa vocação transformadora. O racismo, o patriarcado e a exploração da classe trabalhadora estão no centro da estrutura do capitalismo e são elementos-chave das desigualdades no Brasil. Enfrentar essas opressões não é uma questão identitária isolada ou secundária, como alega a extrema direita para deslegitimizar as lutas sociais, mas parte estratégica e indissociável da luta anticapitalista. Não haverá transformação social se a realidade da população negra, das mulheres, dos povos indígenas, da juventude periférica e da população LGBTQIAP+ não estiver no centro das nossas lutas e das políticas defendidas pelo partido.

Esta tarefa exige um partido que não se contente em administrar as contradições do sistema, mas que trabalhe para superá-las, combinando a defesa intransigente do governo Lula com a capacidade de apresentar uma visão de futuro que mobilize corações e mentes. O socialismo petista, construído a partir das lutas concretas do povo brasileiro, deve ser reafirmado como o caminho para uma sociedade onde a economia esteja a serviço das necessidades humanas e não dos interesses do capital financeiro, onde a democracia seja aprofundada e ampliada para todas as esferas da vida social.

### **3.3 Fortalecimento para Além da Atuação Institucional**

O Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras enfrenta o desafio histórico de reequilibrar sua atuação, superando a excessiva institucionalização que, ao longo dos anos, contribuiu para o enfraquecimento da organização social. Não se trata de abandonar a disputa institucional, mas de compreender que a verdadeira transformação social exige uma presença orgânica e permanente nos territórios, nas lutas cotidianas e nos espaços de organização popular. Um partido que se limita aos gabinetes, às eleições e aos espaços institucionais perde sua capacidade de interpretar os anseios populares e de construir poder real junto à classe trabalhadora. Precisamos recuperar a concepção original do PT como instrumento de auto-organização dos trabalhadores e das trabalhadoras, capaz de articular as lutas sociais com as disputas institucionais, sem subordinar as primeiras às segundas.

Os movimentos sociais brasileiros enfrentam uma crise de organização sem precedentes, resultado da combinação entre a ofensiva neoliberal, a criminalização das lutas populares e as transformações nas formas de sociabilidade. O PT precisa reconhecer que seu próprio fortalecimento está intrinsecamente ligado à superação desta crise organizativa. Isso exige um compromisso concreto com a reconstrução das bases sociais, apoiando a renovação dos movimentos tradicionais e dialogando com as novas expressões de luta que emergem nas periferias, nas redes sociais e nos territórios. Precisamos superar a lógica instrumental que muitas vezes caracterizou nossa relação com os movimentos sociais, estabelecendo uma parceria baseada no respeito à autonomia, no apoio material e político às suas lutas e na construção conjunta de um projeto de transformação social.

### **3.4 Combinar Força Eleitoral e Força Social Organizada**

O PT nasceu das lutas concretas do povo brasileiro e precisa voltar a ser parte orgânica dessas lutas, não apenas nos momentos eleitorais, mas na construção permanente de poder popular nos territórios, nas comunidades, nas escolas e nos locais de trabalho. A maior tarefa do PT no próximo período é combinar sua expressiva força eleitoral com força social organizada, capaz de sustentar transformações estruturais na sociedade brasileira, capaz de sustentar transformações estruturais na sociedade brasileira. Isso exige a

retomada e o aprofundamento do trabalho junto às bases sociais, recuperando a experiência histórica dos Núcleos de Base que já foram parte fundamental da organização partidária. Precisamos estruturar e reestruturar comitês, núcleos e todas as formas de organização de base, por bairro, regionais, por local de trabalho e de estudo, combinando-os com outras formas de organização territorial. Esta reorganização deve estar orientada para uma presença efetiva no cotidiano popular, organizando, incentivando e apoiando as lutas sociais diárias que muitas vezes passam despercebidas pela estrutura partidária tradicional.

### **3.5 Recadastramento e Filiação Militante**

O PT precisa conhecer e reconhecer sua própria militância para fortalecer sua organização de base. Propomos realizar um amplo processo de recadastramento, utilizando tecnologias atuais como o reconhecimento facial, tanto para atualizar os dados dos filiados existentes quanto para novas filiações. Este processo não deve ser meramente burocrático, mas um momento de reorganização política, vinculando cada militante aos núcleos de base e comitês populares em seus territórios e áreas de atuação. O recadastramento deve ser acompanhado de um programa de formação política e de integração à vida partidária, transformando filiados/as em militantes ativos. Precisamos superar a lógica do "partido de cadastro" para construir um partido de militância real, onde cada filiado tenha um papel concreto na construção do projeto partidário e na disputa de hegemonia na sociedade brasileira.

### **3.6 Formação Política e Movimentos Populares**

Na Formação Política, celebramos os significativos avanços alcançados na atual gestão do PT, com iniciativas como a Nova Primavera, os programas de formação de dirigentes e formadores, e a histórica Conferência Paulo Freire. A aprovação por unanimidade da resolução do Sistema Nacional de Formação pelo Diretório Nacional representa um marco na retomada do compromisso partidário com a educação política de sua militância. Estes passos são fundamentais, mas ainda insuficientes diante dos desafios que enfrentamos. Para um partido à altura da conjuntura atual, precisamos aprofundar o que construímos e expandir exponencialmente a formação política para alcançar nossos milhões de filiados, transformando o conhecimento teórico em capacidade concreta de organização e mobilização.

A Secretaria de Movimentos Populares e Políticas Setoriais tem cumprido papel central na rearticulação do PT com o campo popular, fortalecendo sua presença nas lutas sociais e organizando a participação das bases nos rumos do partido. Esta articulação envolve o diálogo permanente com movimentos sociais, comitês populares de luta, juventudes, religiões, setores precarizados do trabalho, povos tradicionais e as periferias do campo e da cidade. Reconhecemos estes avanços e reafirmamos a necessidade de aprofundá-los, compreendendo que a relação orgânica com as lutas populares não é apenas uma questão tática, mas estratégica para a reconstrução do PT como instrumento de transformação social. Um partido que não está presente no cotidiano das lutas populares perde sua capacidade de interpretar os anseios da classe trabalhadora e de construir um projeto político que responda às suas necessidades concretas.

### **3.7 Comunicação**

No último período, nosso partido tem se dedicado a alterar a política de comunicação a partir da compreensão sobre o papel estratégico que a comunicação tem cumprido na disputa política e para a democracia na sociedade brasileira e no mundo. Esta compreensão possibilitou avanços nos últimos anos em nossa comunicação partidária, mas estes esforços seguem insuficientes para alcançarmos o patamar necessário. A disputa no campo comunicacional tornou-se cada vez mais sofisticada, com o universo virtual adquirindo uma relevância impensável há uma década. Não é mais possível estabelecermos disputas sem uma estratégia que considere a guerra cultural travada por meio das ferramentas tecnológicas expressas pela comunicação digital nas redes sociais. Nossos adversários operam um sistema eficiente de comunicação de massas, marcado pela unidade narrativa, financiamento robusto e uma diversidade de agentes políticos e veículos voltados à disseminação de conteúdos para instrumentalizar a guerra cultural e a disputa político-ideológica, que não necessariamente se expressam apenas por meio de *fake news*.

O PT precisa constituir um sistema mais eficaz, capaz de pautar o debate político e preparar respostas rápidas para aquilo que nossos monitoramentos apresentam sobre pautas e narrativas em gestação nas redes privadas e públicas da extrema direita. Nosso partido deve se desafiar a construir um sistema mais refinado e profissional, reconhecendo que todos os esforços técnicos, tecnológicos e financeiros serão insuficientes se não nos dedicarmos a alterar a forma como nos relacionamos com a comunicação contemporânea. Isso implica modificar o modelo de produção e disseminação de conteúdos, superar a fragmentação de mensagens, hierarquizar iniciativas e constituir linhas narrativas com identidade e ação unificada nos diferentes espaços – partido, movimentos sociais, governo e lideranças. Nesse contexto, uma iniciativa fundamental é a formação de uma rede de comunicadores populares e ativistas digitais do PT para contribuir com a capilarização da nossa narrativa de forma orgânica em todo o país. Outro aspecto crucial é termos o subsídio primordial para a comunicação: informação fidedigna. Em relação ao Governo Federal, precisamos ter acesso às informações com maior rapidez e dados atualizados das realizações em cada território, que devem servir para qualificar e fortalecer esta ferramenta tão importante que é o Casa 13. Se não enfrentarmos esses desafios no campo da comunicação, nossas condições de disputa seguirão fragilizadas.

### **3.8. Relações Internacionais e Militância no Exterior**

A desvalorização da militância petista que atua no exterior representa um grave erro estratégico do partido. Estes companheiros e companheiras, que cumpriram papel fundamental nos momentos mais críticos da nossa história recente - especialmente durante o período da prisão política de Lula, quando organizaram manifestações, mobilizaram a opinião pública internacional e construíram redes de solidariedade -, hoje enfrentam o esvaziamento e a burocratização dos núcleos no exterior.

A direção partidária tem concentrado sua atuação internacional exclusivamente nas relações institucionais com governos e partidos, estabelecendo um abismo com nossa base social e militante fora do país. Esta visão limitada despotencializa a articulação de uma rede internacional de esquerda, fundamental no atual cenário de avanço global da extrema-direita.

O PT deve revitalizar seus núcleos no exterior, garantir participação efetiva e democrática desta militância nas decisões partidárias e potencializar sua capacidade de mobilização como parte integral da estratégia de resistência ao fascismo em escala global.

### **3.9 Programa de Fortalecimento dos Diretórios Municipais e Estaduais**

O PT precisa implementar um programa nacional de fortalecimento dos diretórios municipais e estaduais, superando a lógica de centralização excessiva que muitas vezes deixa nossas estruturas locais fragilizadas e dependentes. Este programa deve apoiar o planejamento estratégico, a ampliação da presença territorial e o desenvolvimento de atividades de enraizamento social em cada município e estado. Precisamos de diretórios com dupla capacidade: dirigir eleitoralmente o PT nos territórios e, simultaneamente, organizar e construir junto aos Comitês Populares, Núcleos e organizações de base. Esta articulação entre a dimensão eleitoral e a dimensão organizativa é fundamental para superar a dicotomia que muitas vezes paralisa nossa ação política. Um partido forte nacionalmente se constroi a partir de estruturas locais sólidas, com autonomia financeira e política para responder às especificidades de cada território, garantindo presença qualificada em todos os cantos do Brasil.

### **3.10 Iniciar a construção do Programa de Governo Mobilizador para 2026**

O PT deve iniciar desde já a construção do Programa de Governo para 2026, compreendendo que este processo não é apenas técnico ou eleitoral, mas fundamentalmente político e organizativo. A principal tarefa, logo após a posse das novas direções partidárias, deve ser um amplo processo de mobilização programática que realize milhares de atividades em todo o território nacional. Este movimento massivo servirá como catalisador para organizar e fortalecer os comitês populares de luta, transformando a elaboração do programa em uma poderosa ferramenta de reorganização de base. A elaboração programática precisa superar o modelo tradicional de gabinetes e especialistas, incorporando a participação efetiva dos movimentos sociais e das bases populares em todas as suas etapas. Mais do que um documento formal, o programa deve ser concebido como uma estratégia de enraizamento social, mobilizando nossa militância em torno de debates substantivos sobre o futuro do país. Para isso, propomos a realização de plenárias populares em todos os territórios, onde as comunidades possam expressar suas necessidades, sonhos e propostas, conectando as lutas locais com o projeto nacional de desenvolvimento. Este processo participativo fortalecerá nossa capacidade de diálogo com a sociedade, especialmente com os setores populares que se afastaram do PT nos últimos anos, e produzirá um programa enraizado nas experiências concretas do povo brasileiro, capaz de responder aos desafios estruturais do país com propostas viáveis e transformadoras, além de um saldo organizativo que pode potencializar nossa atuação nas eleições de 2026 e uma base de sustentação popular para o nosso projeto pós-eleições.

### **3.11 PT e os Setoriais e Secretarias**

Os setoriais e secretarias do Partido dos Trabalhadores desempenham um papel estratégico na articulação entre o partido e suas lutas sociais específicas. São esses espaços que permitem a escuta ativa das bases e a formulação de políticas partidárias a partir da realidade concreta dos diversos setores sociais. A atuação setorial não pode ser vista como um apêndice da estrutura partidária, nem ser contaminada por outros aspectos

da disputa interna. São espaços vivos de militância, formação, elaboração de políticas públicas e organização popular, em diálogo permanente com os movimentos sociais. Para fortalecer esta dimensão, é indispensável assegurar o seu financiamento adequado e valorizar a participação ativa dos setoriais nas direções partidárias, garantindo que suas propostas e demandas tenham peso nas decisões estratégicas do PT.

Reconhecemos os setoriais como protagonistas de avanços históricos na política de ação afirmativa e diversidade dentro do partido, impulsionando transformações que posteriormente se traduziram em políticas públicas nos governos petistas. Esta experiência demonstra o potencial transformador destes espaços quando valorizados e integrados organicamente à vida partidária. O PT deve reafirmar seu compromisso com as políticas de ação afirmativa, não apenas como questão moral, mas como estratégia política para a construção de um partido verdadeiramente representativo da diversidade do povo brasileiro. Neste sentido, é fundamental que o partido não se submeta a pressões conservadoras para retroceder em conquistas históricas, como as cotas raciais e geracionais e a paridade de gênero, mas que avance na ampliação destas políticas, incorporando também outras dimensões da diversidade, como a inclusão de pessoas com deficiência, LGBTQIA+ e nas candidaturas partidárias.

## **13 PROPOSTAS DA CHAPA CAMPO POPULAR 270 PARA MUDAR O PT**

### **1) PROGRAMA LULA 2026: MILHARES DE PLENÁRIAS POPULARES PELO BRASIL**

Construir o Programa de Governo Lula 2026 através de um processo massivo de mobilização, realizando milhares de plenárias territoriais que organizem e/ou fortaleçam comitês populares e transformem a elaboração programática em ferramenta de reorganização de base.

### **2) FILIAÇÃO MILITANTE: 4 MILHÕES DE PETISTAS COM FILIAÇÃO**

Campanha de Filiação para ampliar o PT de 3 para 4 milhões de filiações, implementando também um recadastramento com reconhecimento facial e vinculando cada filiada/o a núcleos, comitês e organizações de base em seus territórios ou áreas de atuação até 2029.

### **3) FORMAÇÃO POLÍTICA MASSIVA: FORMAR UM MILHÃO DE MILITANTES**

Formar um milhão de militantes até 2029, com atividades específicas para dirigentes, juventude, mulheres, negros e negras, LGBTQIAP+s, com processo de acolhimento e formação para novos filiados e pessoas recadastradas, fomentar criação de coletivos de formação em todos os municípios e construir uma rede com 20.000 formadoras/es e garantir 10% dos recursos para implementar o Sistema Nacional de Formação aprovado pelo Diretório Nacional em abril de 2023

### **4) PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DOS DIRETÓRIOS MUNICIPAIS E ESTADUAIS**

Realizar planejamentos dos Diretórios, apoiando a autonomia financeira, formação de dirigentes, ampliar as capacidades para dirigir eleitoralmente o PT nos territórios e ampliar as nossas organizações de base.

### **5) AMPLIAR ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL: 20.000 NÚCLEOS E COMITÊS**

Criar e fortalecer 20.000 núcleos de base e comitês populares até 2029, estruturando a presença do PT nos territórios, locais de trabalho, estudo e áreas de atuação, com autonomia e capacidade de mobilização permanente para sustentar nosso Programa.

### **6) CRIAR UMA REDE COM 20.000 COMUNICADORES POPULARES DO PT**

Construir um sistema de comunicação digital militante e unificado, formando uma rede de 20.000 comunicadoras/es populares e ativistas digitais do PT para capilarizar nossa narrativa em todo o país, com monitoramento permanente, respostas rápidas e conteúdos estratégicos para enfrentar as fake news e a extrema direita.

## **7) DEMOCRATIZAÇÃO E TRANSPARÊNCIA FINANCEIRA DO PT**

Implementar prestação de contas trimestral, recursos investidos conforme planejamentos aprovados no Diretório e Conselho Fiscal plural. Desenvolver campanhas permanentes de contribuição militante, com meta de contribuintes regulares até 2029, investindo os recursos conforme prioridades definidas diretamente pela militância.

## **8) TRANSPARÊNCIA NO FUNDO ELEITORAL: CRITÉRIOS PÚBLICOS E DEMOCRÁTICOS**

Estabelecer critérios nítidos, públicos e democráticos para distribuição do Fundo Eleitoral, divulgados com antecedência para permitir planejamento adequado das campanhas petistas em 2026 e 2028.

## **9) FORTALECIMENTO DOS SETORIAIS E SECRETARIAS**

Desenvolver planejamentos anuais das Secretarias e Setoriais, apoio político e orçamentário, assegurando reuniões periódicas, elaboração e opiniões sobre as políticas públicas e atuação junto aos movimentos sociais.

## **10) IMPULSIONAR UMA NOVA GERAÇÃO E FORTALECER A JUVENTUDE PETISTA**

Implementar programa específico para a juventude petista, com meta de 500.000 jovens filiadas/os até 2029, garantindo protagonismo nas instâncias partidárias, programa de formação e criação de núcleos e comitês em universidades, escolas, universidades, locais de trabalho e de atuação.

## **11) FUNCIONAMENTO DEMOCRÁTICO DAS INSTÂNCIAS PARTIDÁRIAS**

Implementar calendário anual com as datas e locais das reuniões dos diretórios e executivas, com planejamento público, mecanismos de participação direta da militância, garantindo transparência nas deliberações e possibilitando contribuições prévias em todas as instâncias do partido.

## **12) PLEBISCITO POPULAR: BANDEIRAS PARA DIALOGAR COM O POVO**

Engajar toda a militância petista na construção do Plebiscito Popular pela redução da jornada de trabalho, fim da escala 6x1 e isenção do IR para quem ganha até 5 mil reais, construindo e/ou impulsionando 3 mil comitês em todo o país.

## **13) SOCIALISMO PETISTA EM AÇÃO: VALORES E PRÁTICAS TRANSFORMADORAS**

Reafirmar o socialismo como horizonte estratégico do PT através de práticas concretas: economia solidária nos territórios, democratização das relações internas, combate às opressões e processos participativos que questionem os limites do capitalismo.